

REPÚBLICA VELHA, TESE NOVA.

CARLOS GUILHERME MOTA

Do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

O ano de 1971 já assistiu ao surgimento de três teses sobre a Primeira República no Brasil, produzidas por especialistas de orientações tão diversas quanto às de Paulo Sérgio de Moraes Sarmento Pinheiro (1), Décio Azevedo Marques de Saes (2), e Edgard Carone (3). De certa forma, as análises amplas apresentadas podem significar um balanço salutar para a orientação de futuras monografias sobre tão decisivo período de nossa história. Nesse período cristalizou-se o Estado autoritário, no bojo do qual se definiriam estilos de ação política que iriam marcar os processos ulteriores, alguns dos quais persistem até os dias de hoje.

Não vamos nos ocupar dos dois últimos trabalhos citados, nesta nota: pelas implicações das abordagens adotadas — não coincidentes, aliás, sob nenhum aspecto — merecerão por certo o debate dos especialistas do período. De resto, não será tão imediatamente fácil saber até que ponto acrescentam alguma coisa nova às preciosas sínteses de Maria do Carmo Campello de Souza (4) e Boris Fausto (5). Nessa medida, e pelo rigor com o qual é conduzida a análise, fica-

(1). — *La fin de la Première République au Brésil: crise politique et révolution (1920-1930)*. Paris, ed. mimeo. da Universidade de Paris, 1971.

(2). — *O Civilismo e as Camadas Médias Urbanas na Primeira República (1889-1930)*, Campinas, ed. mimeo. da Universidade Estadual de Campinas, 1971.

(3). — *A República Velha*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

(4). — “O processo político-partidário na Primeira República”, em *Brasil em Perspectiva*, 3a. edição, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

(5). — “A Revolução de 1930”, em *Brasil Perspectiva*, 3a. edição, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, e *A Revolução de 1930: Historiografia e História*, São Paulo, Brasiliense, 1970.

remos apenas nas considerações ao trabalho de Paulo Sérgio, atualmente professor de História e Política na Universidade Estadual de Campinas e dinamizador do Centro de Documentação de História Social do Brasil Contemporâneo (em fase de criação, e já contando com a colaboração do prof. José Honório Rodrigues).

Preliminarmente, cabe informar que a análise da década de '20 realizada pelo Autor foi apresentada recentemente em forma de tese de Doutorado em Ciência Política para a *Fondation Nationale des Sciences Politiques*, e contou com a orientação do professor Serge Hurtig. A banca examinadora foi composta pelos professores Celso Furtado e Paul Arbousse-Bastide (ambos da Universidade de Paris). O trabalho em apreço, aliás, deriva de reflexões iniciadas anteriormente numa tese de Mestrado (*Le Bloc au Pouvoir au Brésil — 1930-1945*, Paris, mimeog. 120 pp.), elaborada sob a orientação de Nicos Poulantzas.

Embora privilegie em suas reflexões o nível político, ressentem-se o trabalho de um certo esquematismo que, à primeira vista, induziria à considera-lo fruto de padrões clássicos, e por vezes esclerosados, das teses francesas (a divisão em três partes, a valorização da noção de "reflexo" etc.). Quando se desce da consulta do índice (dividido 'cartesianamente' em três grandes partes: "A estrutura social", "O Cenário político", "A Revolução de 1930", além, obviamente, da Introdução e da Conclusão) à leitura do conjunto, o didatismo do plano vai cedendo lugar à elaboração refinada em que os diversos níveis vão se integrando para compor a trama política que levou na inquietante década de '20, da crise política à revolução. Naturalmente, já se poderia perguntar a esta altura em que medida o Autor faz obra de historiador, em outras palavras, em que difere, na base, a tarefa do historiador daquela do cientista político? Questão de ênfase, ou privilégio de certas instâncias do real? Debate superado, parece-nos.

Apoiado numa bibliografia básica selecionada com rigor, Paulo Sérgio organiza seu quadro de referências, para nele examinar o peso das estruturas sociais: a composição dos setores dominantes é estudada, de maneira a desvendar a natureza e os comportamentos dos grandes proprietários fundiários e da burguesia industrial. A grande propriedade agrícola e o desenvolvimento industrial (que mereceria uma reavaliação, aliás, a partir do excelente trabalho de Warren Dean, *A industrialização de São Paulo* (São Paulo, 1971), por se revelarem pouco claras as balizas assimiladas em Nícia Vilela Luz em sua *Luta pela Industrialização no Brasil*, são apresentados como os pontos de apoio para a orientação do debate político, no plano das reivindica-

ções de uma burguesia industrial e dos mecanismos de controle do Estado pelos plantadores de café. O “exercício do controle” não é estudado no plano batido das reivindicações financeiras das habituais análises da Primeira República: o esforço do Autor vai se concentrando no isolamento dos traços do dinamismo da presença dos plantadores de café na estrutura de poder (p. 36). Por outro lado, nos setores empresariais fica definido o alto grau de mobilidade, que dá um caráter transitório a algumas reivindicações básicas, fato que terá a maior projeção na esfera política.

O comportamento político do mundo do trabalho fica contrastado ao das camadas dominantes, mas não se restringe o Autor aos estudos tradicionais dos sindicatos, nem à simples análise do comportamento eleitoral dos trabalhadores. A complexidade do proletariado industrial e da classe operária é devidamente enfrentada no capítulo focado: rejeita o Autor, visões parciais dos diferentes níveis da presença operária na sociedade global, indicando, paralelamente, problemas que ainda não estão resolvidos por falta de monografias. Nesse sentido, menciona o Instituto de História Social de Amsterdão, onde inventariou uma coleção de jornais anarquistas que, uma vez estudados devidamente, poderão fornecer elementos novos para a problemática da formação da classe operária no Brasil na década de '20.

A descrição do cenário político organiza-se em função de dois polos: um, em que são esmiuçadas as cisões no âmbito dos grupos políticos dominantes; e o outro, em que as polarizações no mundo do trabalho se definem com maior clareza, originando a formação de partido supra-regional (embora com participação popular muito restrita), ponto alto da pesquisa (capítulo V). Embora questione com eficácia as teses tradicionais ao fazer o exame dos conflitos no âmbito das “classes dominantes”, não nos parecem claras as mediações esboçadas para as explicações dos motivos das cisões políticas em relação à estrutura sócio-econômica. Provavelmente resente-se da *pouca solidez* dos trabalhos de base para a definição e caracterização dessa mesma “estrutura sócio-econômica” da República Velha, mais mencionada do que pesquisada em suas peculiaridades regionais e determinações concretas. O nível de generalização chega a ser absurdo, aliás, na historiografia tradicional: a partir do estudo de processos que talvez sejam válidos para o Centro-Sul do país, as conclusões são ampliadas sem escrúpulos para o resto do conjunto nacional. Ficam à margem das considerações o fato de, por exemplo, os comportamentos das camadas médias urbanas obedecerem a estímulos absolutamente diversos conforme sejam focalizados o Rio de Janeiro, São Paulo, ou Recife, ou outras Capitais e centros urbanos.

Na terceira parte, que tem por título “A. Revolução de 1930”, ficam incorporadas, de maneira sóbria, as análises anteriores de Boris Fausto, Edgard Carone, Werneck Sodré, John Wirth e John Johnson. A campanha e o programa da Aliança Liberal são esmiuçados cuidadosamente, bem como os ensaios de conciliação: a presença dos tenentes é examinada através da situação do Exército no conjunto dos aparelhos do Estado, e em relação às classes médias, para chegar, em capítulo sintético, a averiguar o papel das Forças Armadas na revolução de 1930. No último capítulo, preocupa-se o Autor em desvendar a presença-ausente das “classes populares”.

A tese de base é sedutora, e a argumentação respaldante é manejada com rigor: as rebeliões da década de ‘20 possuem, como denominador comum, a característica de intentar, por meio de golpes de Estado, mudanças na estrutura do próprio Estado; ao mesmo tempo, não objetivavam a criação de condições para que as massas populares intervissem no processo de mudança política. O papel dos “tenentes” fica destacado nesse período, tendo em vista o distanciamento relativo do Exército em relação às “classes” dominantes, criando condições para que se opere de maneira autônoma (e crítica, segundo o Autor) em relação às forças políticas que controlavam o poder do Estado.

“As críticas de que os militares eram portadores, a despeito da posição do aparelho militar na organização política serviriam de mediação à formulação das reivindicações imprecisas e programas de reforma da sociedade brasileira” (p. 258).

Em contrapartida, no mundo do trabalho, o Autor vai endossar a posição de Francisco C. Weffort, sobre a “presença política difusa” das massas populares no processo, e de Boris Fausto, para indicar que, enquanto *classe*, o proletariado não intervém na revolução de ‘30 como força social autônoma. E vai mais longe, indicando o quanto os partidos do trabalho subestimaram a importância do nacional-reformismo burguês e a eficácia de difusão de seus valores pelos setores rurais e urbanos, fornecedores de trabalho.

Embora seja de se ressaltarem as análises inspiradas sobre as relações assimétricas entre as classes (visando a compreensão da estrutura de poder e sua transformação na década de ‘20), nem sempre acompanham o Autor quando procura definir o que entende por “classe dominante”. Bom matizamento é realizado, mas não o bastante (ver p. 9, por exemplo): a sociedade brasileira (e mesmo latino-americana) fica limpidamente entendida como sendo de *classes*, sem mais. Que papel deveria ter sido atribuído, então, no jogo polí-

tico, aos estamentos senhoriais, que imprimiram suas marcas no processo, definindo um estilo que ainda hoje não foi abolido de todo? Nesse sentido, o esforço de explicação de Dácio Azevedo Marques de Saes revela-se menos esquemático, quando procura desvendar, por exemplo, o comportamento urbano das “classes médias tradicionais”, na verdade portadoras de uma visão *estamental* da realidade social. E em que pensa o Autor quando considera os efeitos (“influência”, o mau termo empregado à página 293) do nacional-reformismo sobre a “pequena burguesia, o campesinato e a classe operária na América Latina”? Parece-nos que a América Latina está sendo pensada, nesse passo, segundo modelos europeus, o que certamente poderá prejudicar alguns resultados da análise propriamente política. Ou seja, histórica.

O trabalho de Paulo Sérgio, finalmente, encerra fase importante de sínteses de alto nível. Por certo estimulará uma vaga de monografias para responder aos novos problemas por ele levantados.